



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO  
Gerenciamento dos Convênios

## TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 1521691

Processo SEI nº 0012503-29.2025.4.06.8001

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SEXTA REGIÃO E O INSTITUTO DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA (IDL-PRÓVIDA), VISANDO À MÚTUA COOPERAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS E DE CIDADANIA VOLTADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA POPRUA J U D E OUTRAS INICIATIVAS DESENVOLVIDAS PELOS TRIBUNAIS.**

O **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA SEXTA REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob o n. 47.784.477/0001-79, com sede na Avenida Álvares Cabral, 1.805 - Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Federal VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA, doravante denominado **JUSTIÇA FEDERAL**; e o **INSTITUTO DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA**, também designado pela sigla IDL-PRÓVIDA, associação de direito privado, sem fins econômicos, inscrito no CNPJ sob o n. 28.231.460/0001-40 (Matriz), com sede na Rua Professora Iracema Pimenta, n. 161, Sala 203, Bairro Santa Lúcia, Belo Horizonte/MG, CEP 30.360-100, neste ato representado por seu Presidente - Fundador, DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE, doravante denominado **INSTITUTO**.

**CONSIDERANDO** o disposto, no que couber, no artigo 184 da Lei n. 14.133/2021 e no Decreto n. 11.531/2023, que preveem a possibilidade de celebração de instrumentos congêneres por órgãos e entidades da Administração Pública;

**CONSIDERANDO** que o INSTITUTO tem por objetivo estatutário promover atividades de relevância pública e social, notadamente a promoção da proteção social, visando à garantia da vida, redução de danos e prevenção da incidência de riscos;

**CONSIDERANDO** o interesse do INSTITUTO em promover a vigilância socioassistencial e a análise da vulnerabilidade das famílias, a fim de prever e prevenir a ocorrência de vulnerabilidades, ameaças e danos;

**CONSIDERANDO** o interesse mútuo no aprimoramento das relações sociais, com foco na segurança, saúde, educação e cultura;

**CONSIDERANDO** a necessidade de cooperação mútua para a execução de ações de cidadania em favor de pessoas em situação de rua, vulnerabilidade social ou hipossuficiência, em consonância com o disposto na Resolução CNJ nº 425; resolvem celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** Este Termo tem por objeto a cooperação mútua e técnica entre a JUSTIÇAS FEDERAL e o INSTITUTO para o desenvolvimento, organização e execução de ações sociais, programas de cidadania e apoio assistencial voltados à população em situação de vulnerabilidade, no âmbito do POPRUA JUD e de outras iniciativas promovidas pelos Tribunais, mediante a utilização da expertise e capacidade organizacional do INSTITUTO.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATIVIDADES E OBRIGAÇÕES DO INSTITUTO**

**2.1 O INSTITUTO**, utilizando sua expertise técnica, será responsável por:

- I. Promover e organizar cursos, palestras, seminários e treinamentos voltados à melhor convivência social;
- II. Promover a vigilância socioassistencial para analisar a capacidade protetiva das famílias e prever a ocorrência de vulnerabilidades e ameaças;
- III. Realizar o desenvolvimento de programas de assistência social sem alojamento, de orientação e suporte à população vulnerável, visando a proteção social e redução de danos;
- IV. Prestar apoio técnico e logístico, através do “Projeto Benção – Ônibus do Bem”, para a realização de eventos de cidadania e de atendimento, especialmente nos Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania (CEJUSC);
- V. Incluir projetos porventura desenvolvidos no âmbito do POPRUA JUD na abrangência do projeto “Direito de Brincar”;
- VI. Indicar um representante responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atividades decorrentes deste Termo.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA JUSTIÇA FEDERAL**

**3.1 A JUSTIÇA FEDERAL** em suas respectivas esferas de competência, obrigam-se a:

- I. Indicar os servidores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades decorrentes deste TERMO DE COOPERAÇÃO, que terão papel de acompanhamento;
- II. Definir, em conjunto com o INSTITUTO, as prioridades e o escopo das ações a serem desenvolvidas;
- III. Prestar as informações necessárias para que o objeto deste Termo de Cooperação seja executado;
- IV. Atender às solicitações do INSTITUTO para tratar da implantação, manutenção, avaliação e atualização deste TERMO DE COOPERAÇÃO e do Plano de Trabalho;
- V. Divulgar e dar publicidade às ações e resultados alcançados em virtude desta parceria.
- VI. Divulgar as ações e campanhas do INSTITUTO que tenham finalidade e objeto relacionados com os termos do presente Acordo de Cooperação Técnica.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO**

**4.1** As demandas de cooperação serão apresentadas pelo TRIBUNAL ao INSTITUTO. Cada projeto ou conjunto de ações será formalizado por meio de Plano de Trabalho aprovado e assinado pelos representantes dos Partícipes, que detalhará as metas, cronogramas e procedimentos a serem adotados

## **CLÁUSULA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

**5.1** Fica assegurado que todas as atividades envolvendo dados pessoais sensíveis da população em situação de vulnerabilidade se darão em conformidade com a LGPD (Lei nº 13.709/2018) e demais normativas aplicáveis.

**Parágrafo Primeiro:** Os partícipes se comprometem a manter sigilo sobre as informações acessadas em decorrência da execução do objeto, utilizando dados e sistemas exclusivamente para os fins previstos neste instrumento.

**Parágrafo Segundo:** O INSTITUTO e seus representantes responderão solidária, civil e administrativamente pela observância do sigilo das informações e pelo tratamento inadequado dos dados.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

**6.1** Este TERMO DE COOPERAÇÃO vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário Eletrônico da Justiça Federal.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CUSTOS E DESPESAS**

**7.1** As partes deste TERMO DE COOPERAÇÃO arcarão com suas próprias despesas para o fiel cumprimento, não havendo transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**8.1** Este TERMO DE COOPERAÇÃO rege-se pela Lei n. 14.133/2021, por suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, sendo-lhe aplicáveis, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

## **CLÁUSULA NONA – DA SUSPENSÃO, DENÚNCIA OU RESCISÃO**

**9.1** Este TERMO DE COOPERAÇÃO poderá ser:

- I. Suspenso, ocorrendo fato que prejudique sua operacionalização, pelo prazo necessário à solução do problema;
- II. Denunciado, a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes ou por ambos, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias;
- III. Rescindido, quando houver o descumprimento de cláusula que inviabilize o alcance dos resultados do TERMO DE COOPERAÇÃO, devendo a outra parte ser notificada por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias, garantida a ampla defesa;
- IV. Rescindido em virtude de restar prejudicado seu objeto, por alteração legal ou normativa.

## **CLÁUSULA DEZ – DAS ALTERAÇÕES**

**10.1** Este instrumento poderá ser modificado, em consenso, mediante proposta de quaisquer partícipes, por meio de Termo Aditivo, com exceção do seu objeto, desde que justificado.

## **CLÁUSULA ONZE – DO FORO**

**11.1** Fica eleito o Foro do Juízo Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas deste TERMO DE COOPERAÇÃO.

## CLÁUSULA DOZE – DOS CASOS OMISSOS

**12.1** As situações não previstas neste instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

E, assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam este TERMO DE COOPERAÇÃO, para um só efeito.

Belo Horizonte/MG, data de registro pelas assinaturas eletrônicas.

Vallisney de Souza Oliveira

**Desembargador Federal**

**PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO**

Décio Flávio Gonçalves Torres Freire

**PRESIDENTE FUNDADOR DO INSTITUTO DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA - IDL-PRÓVIDA**



Documento assinado eletronicamente por **Vallisney Oliveira, Presidente do TRF - 6ª Região**, em 30/11/2025, às 20:01, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1521691** e o código CRC **34D49615**.